

**ATA**  
(26/09/2013)

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezoito horas, na Câmara de Vereadores, sito a Avenida das Flores, 675, no bairro dos Estados, realizou-se a Reunião Extraordinária na presença dos seguintes conselheiros: Auri Antônio Pavoni, Anderson Beluzzo, Marcelo Freitas, Luiz Maraschin, Ademir C. Dickmann, Edílson de O. Ferreira, Valdir de Andrade, Enio Faqueti, Sheila S. Skonetzky, Pedro Paulo K. Nunes, Moacir S. Júnior, Carlos J. Haacke Júnior, Marlon Olsen, Gilmar P. Capelari, e Carlos A. dos Santos. O Presidente Sr. Auri inicia a reunião com leitura da ata 22/08/13. Após leitura é colocada em votação. Que é aprovada por todos os presentes. Sr. Auri faz explanação do pedido da Colônia de Pescadores para implantação de um curtume de pele, e para que se obtenha a liberação da FATMA a viabilidade deverá constar como curtume; a Lei vigente não permite esse tipo de atividade. E caso esse Conselho delibere favoravelmente esse projeto deverá passar pela Câmara de Vereadores para referendar. Passando a palavra para o conselheiro Maraschin, dizendo que a Secretaria de Inclusão Social, Colônia de Pescadores e Meio Ambiente vem discutindo a tempo as sobras de peixe que são descartadas no rio. Após conhecerem o projeto de curtume, discutiu-se a possibilidade de implantar em Balneário Camboriú. A secretaria de Inclusão Social contratou uma equipe da universidade do Paraná, para o treinamento de vinte e três mulheres dos bairros da Barra e São Judas Tadeu com o curso de produção de artesanatos com couro de peixe. Para se ter uma ideia o quilo de pele custa oitocentos reais no Paraná. Após estudo foi elaborado um projeto de um galpão de trezentos metros quadrados no valor de trezentos mil reais. Esse projeto passou por análise do SEBRAE, Secretaria do Estado sendo aprovado. A construção desse galpão será na Colônia de pescadores onde ficarão as instalações do curtume e a área do artesanato. Passando a palavra para o presidente da Colônia Sr. Levi Elias Vicente. Diz que a anos o problema de impacto negativo ambiental da Barra é causado pelo descarte errado das sobras dos peixes. A preocupação não é só transformar a pele de peixe em couro para artesanato, e sim instalar um projeto de uma câmara fria em contêiner onde parte será para pele e outra para os resíduos de peixe e camarão, onde uma empresa de Itajaí transformará esses resíduos em ração e farinha para peixe. O propósito junto aos pescadores e fileteiros é comprar do pescador a pele por vinte centavos por pele em troca deverá se comprometer a devolver os resíduos e não jogar no rio. Fazendo apresentação de um vídeo da estrutura de um curtume e breve explanação de seu funcionamento finalizando a apresentação. Solicita aos conselheiros a aprovação deste projeto pois, não se trata de uma indústria e sim de um curtume que é artesanal. Pois a FATMA só libera a licença se na viabilidade constar curtume de peixe. Havendo um grande debate e questionamentos entre os presentes, após esclarecimentos fica deliberado que o presidente do conselho assine uma Certidão de aprovação de um projeto especial e único para Colônia de Pescadores e sem ampliação. Devendo o projeto atender a todas as leis vigentes, sob pena do cancelamento a qualquer momento do Alvará caso não cumpra com as normas exigidas. O projeto deverá ser encaminhado à

Câmara de Vereadores para aprovação de mudança no Plano Diretor. Fica condicionado o início da construção à aprovação do poder legislativo. Com a palavra o conselheiro Enio faz apresentação de um folder da Praça do Cidadão. Tema já discutido e aprovado em outras reuniões. Este folder trás a ideia da instalação inicial de uma loja HAVAN localizada de frente para Av. dos Estados, onde depois será instalado o prédio da Prefeitura pois é o marco da cidade. Para que isso ocorra será necessário a aprovação do projeto pela Câmara, para que o empreendimento faça parte do complexo. Para que o empreendimento possa se instalar e assim fazer contrato onde se compromete em fazer um prédio de dez mil metros quadrados onde será ao Prédio administrativo da prefeitura. Havendo uma vasta discussão entre os presentes sobre a parceria público-privado, e após esclarecimentos fica acordado que o conselheiro Enio trará uma proposta detalhada e por escrito do proprietário do terreno. O Sr. Auri faz explanação do projeto Centro de Eventos que foi discutido com esse conselho, setor têxtil de Blumenau e Governo do Estado; foi amplamente discutido e aprovado o projeto ideal que atenderia a todos os eventos e feiras de Santa Catarina. O Governo do Estado e Municipal fizeram um convênio onde cada um pagaria a metade para fazer o projeto executivo. No decorrer do processo a Presidente Dilma disse que liberaria cinquenta e cinco milhões de reais e o Governo do Estado vinte milhões de reais. Aprovado o projeto, a Secretaria de Turismo do Estado ficou de contratar a empresa para licitar o projeto, em primeira instância seria feito pelo RDC (Regime Diferenciado de Contratação), preço global, para depois fazer os complementares. Em seguida vem a notícia que a PROSUL (empresa de engenharia contratada pelo Governo do Estado) faria os complementares e seria licitado em trinta dias. Após vários questionamentos e informações desconstruídas, informaram que houve algumas adaptações ao projeto. Quando apresentaram essas modificações houve uma desestruturação total do projeto não atendendo as necessidades de Balneário Camboriú. Houve um choque, pois não tinha sido esse o acordo. A Secretaria do Estado está ligando a semana inteira, pois tem prazo até o fim do ano para empenhar o dinheiro ou corre o risco de perder o recurso. Nesta sexta-feira iremos a Florianópolis para passar a ideia do que foi discutido no projeto inicial e tentar salvar o projeto, para que saia até o final do ano. Existe claramente uma resistência do Governo em não executar o projeto aprovado inicialmente. Propõe uma moção ao Governador que na medida do possível seja contemplado e se inicie a obra. Aprovado por todos os presentes. Autoriza o conselheiro Carlos Haacke junto ao FIES buscar um apoio e alguma forma de agilizar o processo. Com a palavra o conselheiro Valdir propõe criar comissão para estudo dos Estudos de Impacto de Vizinhança, na seguinte composição: de quatro membros da sociedade não governamental e três do governamental. Por falta de tempo hábil a proposta ficará para próxima reunião. O conselheiro Gilmar diz que desde 2011 o município de Balneário Camboriú ficou comprometido de doar um terreno para o fórum da Justiça do Trabalho, porém até hoje não existe nada de concreto. E o Município de Camboriú já apresentou ao Presidente Regional do Trabalho um imóvel com matrícula para construção de um fórum trabalhista naquela comarca. Seria uma perda irreparável haja vista o número de advogados associados. Propõe uma moção ao prefeito que concentre esforços para a construção do Fórum da Justiça do Trabalho em Balneário Camboriú. Aprovada por todos os presentes. O conselheiro Enio solicita ao presidente que se ausente da reunião; na ausência do Presidente faz leitura da moção de apoio à pessoa do Secretário e Presidente do Conselho por sua dedicação à cidade, por sua conduta ética e por nunca ter vindo para

**" BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO "**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA  
CONSELHO DA CIDADE**

---

esse Conselho nada que desabonasse o exemplo de ética e moral da pessoa do Secretário Auri Pavoni. Que é aprovada por todos os presentes. O Presidente do Sinduscon Sr. Carlos Humberto faz leitura de uma moção das entidades de iniciativas privadas de apoio ao Secretário e Presidente Auri Pavoni. Que é aprovada por todos os presentes. Com a palavra o conselheiro Ademir diz que como representante do Conselho Municipal do Turismo gostaria de se fazer presente na visita ao Governo do Estado para discussão do projeto do Centro de Eventos. O presidente interino Sr. Carlos Haacke encerra a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Jeovana Simone Hoeffelmann, lavrei a presente ata, para que seja assinada pelos presentes e surtam os efeitos legais.